

A disciplina de “Filosofia em Portugal” e o seu ensino nas universidades portuguesas

PEDRO CALAFATE

Universidade de Lisboa

Após a expulsão dos jesuítas do ensino em Portugal, mediante o Alvará de 28 de Junho de 1759, a que se seguiu, nesse mesmo ano, o encerramento da Universidade de Évora, também ela dominada pela Companhia de Jesus, verificou-se em Portugal uma forte ambiência anti-escolástica, acompanhada por uma consciência de decadência nacional, a qual, tendo sem dúvida expressão a nível da instância económica, encontrava o seu maior índice no âmbito cultural e, sobretudo, no plano do ensino universitário.

A tese pombalina da crise e decadência dos estudos universitários -sem esquecer que, neste domínio, encerrada a Universidade de Évora, apenas restava a Universidade de Coimbra-, desempenhou um papel fundamental na afirmação, por contraste, do ideário filosófico da ilustração portuguesa e fez-se acompanhar por uma consciência de isolamento do país, a par da Espanha, em relação à dinâmica intelectual dos restantes países europeus.

A retórica do progresso, tal como foi formulada pela ilustração portuguesa, enraizou, entre nós, uma intensa consciência de desfasamento cultural, sobretudo no âmbito da filosofia natural, que a não ser corrigido com decisão e rígido querer, acabaria por nos converter num “reino velho”. Todavia, a consciência decadentista que, no dizer dos nossos iluministas, nos separava da “outra Europa”, não foi sempre uma marca característica da nossa auto-consciência. Pelo contrário, antes do século XVIII, a noção de decadência da nossa cultura filosófica ou o fascínio pelo panorama cultural estrangeiro estiveram relativamente ausentes, verificando-se antes a existência de uma vincada autoconfiança.

É interessante fixar aqui o texto de Luis António Vernei, um dos maioresultos do iluminismo português e um dos mais eminentes críticos da escolástica, que, no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), criticava a consciência de superioridade cultural dos povos ibéricos em relação à restante Europa, ao escrever: “Sei que a maior parte dos homens é mui satisfeita dos estilos e singularidades do seu país; mas não sei se há quem requinte este prejuízo com tanto excesso como espanhóis e portugueses [...] que desprezam todos os estudos estrangeiros” (vol. III, Lisboa, 1950, pp. 30-31). Na verdade, os nossos escolásticos dos séculos XVI e XVII não partilhavam a tese de decadência da cultura nacional, pois estavam conscientes de desempenharem um relevante papel na história da cultura filosófica ocidental.

Em todo o caso, o confronto entre ilustração e escolástica determinou a adopção de um modelo de racionalidade a que correspondeu o privilégio da filosofia natural e, conseqüentemente, a agressividade uniformizadora das ciências e das técnicas, elegendo a “outra” Europa em espelho perante o qual nos víamos em situação de menoridade.

Nasceu aqui um poderoso movimento de descaso pelo passado da nossa cultura filosófica anterior à reforma pombalina de 1772, que se acentuou de modo extremo com a chamada Geração de 1870, nomeadamente com o célebre discurso de Antero de Quental, intitulado *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*¹ (1871), onde proclamava que em cada português jazia, inconsciente, um beato, um fanático e um jesuíta.

A obsessão de aproximação à “outra” Europa, seja pela continuidade dos modelos de racionalidade da ilustração, com expressão na poderosa escola positivista, que quase monopolizou o saber academicamente institucionalizado no Portugal dos finais do século XIX e inícios do século XX, seja pela via da reabilitação da metafísica, sob marcante influência do idealismo alemão, como sucede em Antero de Quental, cresceu assim proporcionalmente à nossa consciência de menoridade filosófica, agravada ainda por factos históricos dramáticos,

¹ In *Prosas*, vol. II, Coimbra, 1926

de que devemos destacar o Ultimato britânico, que representou uma grave humilhação do país no contexto das nações europeias.

Na contunuidade desta perspectiva de urgente europeização da nossa cultura encontramos uma das mais elevadas expressões da filosofia portuguesa do século XX: António Sérgio. Foi de facto António Sérgio quem lançou o célebre conceito de “estrangeirado”, para designar os filósofos portugueses que no século da ilustração tinham abandonado o país e que, como Vernei, António Nunes Ribeiro Sanches ou Jacob de Castro Sarmiento, propuseram um modelo de reforma das nossas instituições de ensino moldado sobre o das grandes academias científicas europeias.

Para o grande polemista que foi António Sérgio, a verdadeira cultura é universal, as culturas nacionais são factores de degradação da unidade do Todo e só devem manter expressão ao nível puramente folklórico, daí que a sua tese fundamental para a reforma da cultura e da mentalidade portuguesas fosse a de que “quanto mais importar melhor”.

Nas primeiras três décadas do século XX, a cultura filosófica portuguesa viveu o drama de um extremar de posições, pois que a tese europeísta e “estranjeirada” de António Sérgio, em certo sentido reforçada por Raul Proença, encontrou oposição de relevo entre autores que como Teixeira de Pascoaes, defenderam a necessidade da constituição de uma filosofia portuguesa essencialmente voltada para o culto dos valores da “alma nacional”.

De cariz essencialmente romântico, Pascoaes, grande amigo de Unamuno, foi um poeta/pensador que encontrou, na primeira fase da sua obra, no saudosismo, a alma da cultura portuguesa, ao qual pretendeu dar expressão filosófica. A tendência global do seu pensamento ia no sentido de uma reacção extremada ao positivismo e à imposição da ciência como modelo de reforma da cultura, manifestando antes desapego perante uma racionalidade essencialmente dedutiva, e inclinando-se para o privilégio do modelo intuitivo e para uma filosofia de cariz existencial, próxima da do seu grande amigo Miguel de Unamuno.

O cântico das excelências da cultura portuguesa não deixou de encontrar eco na vastíssima e multifacetada obra de Fernando Pessoa, que equacionou o destino universalista de Portugal e dos portugueses à luz de tese do Quinto Império do Espírito, invertendo o absolutismo dos “estrangeirados”, encarando a Europa como muribunda e dormente, necessitando de um “espelho” -Portugal- que a acordasse e lhe permitisse tomar consciência da sua missão no mundo. Para Pessoa, o papel desempenhado na cultura ocidental pela “Grécia passada”, será desempenhado pelo “Portugal futuro”.

Em todo o caso, estas reacções ao absolutismo da tendência uniformizadora de um modelo cultural que não atende ao dinamismo das culturas nacionais e, consequentemente, das filosofias nacionais, teve a sua mais elevada expressão na obras de Álvaro Ribeiro (*O Problema da Filosofia Portuguesa*, 1943), que combateu activamente o racionalismo, fosse ele de cariz metafísico como o cartesiano, fosse o de cariz sensista, como o da ilustração, com continuidade no positivismo.

A ambição de Álvaro Ribeiro era a de instaurar, no ensino da Filosofia em Portugal, uma “filosofia portuguesa” que, em seu entender, radicava oculta essencialmente na nossa poesia e na nossa literatura, pelo que haveria que restaurar uma hermenêutica que aproximaria a filosofia da filologia, muito na linha de Teixeira de Pascoaes e, sobretudo, de Miguel de Unamuno, que faz questão de citar na sua obra *Filosofia e Filologia*: “Cada vez mais acalento a convicção de que a nossa filosofia, a filosofia espanhola, está líquida e difusa na nossa literatura, na nossa vida, na nossa acção, na nossa mística em vez de estar exposta em sistemas filosóficos. A nossa própria língua, como qualquer língua culta, leva implícita uma filosofia. Uma língua é, com efeito, uma filosofia potencial” (Braga, 1972, p. 9).

Álvaro Ribeiro acusava a nossa escola e, sobretudo, a universidade portuguesa, de ensinar uma filosofia estrangeira, quando o que era fundamenal, em seu entender, era deslocar a filosofia para o plano da “autenticidade”, fazendo-a mergulhar no mais profundo da nossa

alma.

Foi este o núcleo da polémica entre os defensores de uma tradição académica da filosofia, baseada no modelo centroeuropeu, e os defensores da “filosofia portuguesa”, numa sucessão de mal entendidos que explicam, em certo grau, o nascimento de uma forte desconfiança, no seio da universidade, perante tudo o que conduzisse ao estudo da filosofia cultivada plos portugueses, mediante um reflexo intelectual de repulsa perante uma concepção considerada megalomana das nossas excelências, e por vezes injustamente confundida com o nacionalismo salazarista.

Basta que para tanto consideremos a própria dificuldade em nomear a disciplina que, no seio do *currículum* do ensino universitário da Filosofia, seria dedicado aos nossos autores: *História da Filosofia em Portugal* e não *História da Filosofia Portuguesa* e, posteriormente, apenas *Filosofia em Portugal*.

Esta designação, que persiste até hoje, traduzia o embaraço dos legisladores, bem como o desejo de um distanciamento da universidade perante o grupo de intelectuais que, na esteira de Álvaro Ribeiro (José Marinho, Afonso Botelho, António Quadros) defendiam essencialmente uma “Patriosofia”, procurando assim uma designação mais neutra: *História da Filosofia em Portugal* e não *História da Filosofia Portuguesa*, a despeito de muitos dos filósofos portugueses não terem elaborado as suas obras “em Portugal”, mas sim no estrangeiro, embora permaneçam vinculados a uma comunidade de origem, a qual se relaciona com a nossa subjectividade sempre num plano superior e mais profundo do que as culturas ou línguas de adopção.

Devo confessar que eu próprio, ao iniciar os trabalhos preparativos da recente *História do Pensamento Filosófico Português* (Lisboa, 1999-2002), tive a preocupação de encontrar um título suficientemente distanciado das duas expressões consagradas anteriormente. Essa foi uma das razões mais importantes por que evitei utilizar a designação “filosofia portuguesa” e “filosofia em Portugal”, preferindo “pensamento filosófico português”.

A disciplina de História da Filosofia em Portugal foi introduzida no *currículum* do ensino universitário da Filosofia a partir da reforma de do ministro Gustavo Ramos, em 1930.

Numa resenha recente à minha *História do Pensamento Filosófico Português*, a que acima fiz referência, o Dr. Pinharanda Gomes, também ele autor de uma *História da Filosofia Portuguesa*, escrevia: “Há quarenta anos, ou talvez mais, o Ministério da Educação aceitou introduzir uma cadeira de “História da Filosofia em Portugal”. Primeiro que se chegasse a consenso foi preciso demonstrar que, para haver filosofia, era necessário haver filósofos. Destes, que se soubesse, havia em França e aragança, nada por cá, pelo que não se justificava tal cadeira. Depois, em resposta supletiva, lá se demonstrou que havia uns tantos autores, já de barbas, a maior parte dos quais andou lá por fora, e por lá morreu, que eram portugueses. O Estado ficou satisfeito. Não tínhamos filosofia mas tínhamos uns quantos filósofos (...) aceitava-se que se criasse uma cadeira de duração semestral. Chegaria, porque ao segundo mês já o professor se veria em dificuldades para ocupar o tempo lectivo” (Pinharanda Gomes, “Uma História do Pensamento Filosófico Português”, in *O Diabo*, Lisboa, nº1299 de 0/11/01).

Na verdade, a discussão a que se refere Pinharanda Gomes sobre o carácter semestral ou anual da disciplina de História da Filosofia em Portugal, mostra bem a desconfiança do saber académico e universitário perante as potencialidades filosóficas dos portugueses, o que determinou a existência de uma situação de permanente menoridade desta disciplina no contexto das restantes, e obrigou os respectivos docentes ou a uma atitude e descrença ou a uma posição de reivindicação activa acompanhada, muitas vezes, de isolamento académico ou de benevolência temperada por ironia perfurante.

Actualmente a disciplina de Filosofia em Portugal tem um carácter anual em todos os cursos de Filosofia das universidades portuguesas (ou bi-semestral), mas, curiosamente,

perdeu a designação de História da Filosofia em Portugal, que adquirira desde a sua fundação com a reforma de Gustavo Ramos em 1930 e que manteve com a reforma de 1957, inspirada pelo Prof. Arnaldo Miranda Barbosa. Tratou-se de uma reacção, em parte justificada, ao cunho excessivamente historicizante e de cultura geral associado ao ensino da Filosofia, procurando antes sublinhar os aspectos mais directamente relacionados com a fundamentação teórica da vida e com problemáticas de cunho ontológico ou contemporâneo, não deixando de traduzir, também, uma reacção à história da filosofia, que, a meu ver, já não faz hoje qualquer sentido.

Feitas estas considerações proemiais, poderemos agora traçar o panorama mais concreto do ensino desta disciplina na universidade portuguesa, destacando as contribuições e orientações que me parecem mais relevantes.

Uma primeira referência cabe à Universidade de Coimbra e a quatro dos seus mestres que consecutivamente marcaram o seu ensino bem como a sua dignificação: Joaquim de Carvalho, José Sebastião da Silva Dias, Arnaldo Miranda Barbosa e Amândio Augusto Coxito.

O Prof. Joaquim de Carvalho, entre as décadas de 20 e 50 do século XX, deu um primeiro e decisivo impulso ao conhecimento da dimensão filosófica da cultura portuguesa, pois aliou um prestígio indesmentível como professor de Filosofia de tradição centroeuropeia ao ensino da cultura filosófica portuguesa. Essa atitude de diálogo e constante relacionamento activo da cultura filosófica portuguesa com a filosofia de além-pirenéus contribuiu para o recuo da atitude de autoflagelação e desconfiança de muitos mestres universitários, devendo considerar-se que a situação actual de comum aceitação desta disciplina deve bastante ao esforço inicial e ao prestígio dos estudos do Prof. Joaquim de Carvalho, nomeadamente aos estudos que dedicou a Leão Hebreu, Teófilo Braga, Francisco Sanches, Antero de Quental, Oróbio de Castro e tantos outros, bem como ao estudo da repercussão, entre nós, das obras de Galileu, Descartes, Leibniz, Locke, Kant, Hegel, Eduard Hartmann e Scopenhauer, em obra hoje publicada na íntegra pela Fundação Caloust Gulbenkian². O que se destaca na sua obra é a concepção aberta da cultura filosófica portuguesa, numa atitude de diálogo crítico com as grandes correntes da filosofia ocidental, na qual se insere por direito.

Quanto ao professor José Sebastião da Silva Dias, devemos destacar a sua acção sobretudo nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX, no estudo do renascimento e do iluminismo setecentista, bem como na direcção de um conjunto de seminários que em muito contribuíram para o desenvolvimento de posteriores estudos sobre a filosofia em Portugal no século XIX, sobretudo do ponto de vista do pensamento político.

O Prof. Silva Dias foi um pioneiro entre nós da História das Ideias, na busca de uma convergência activa entre a história da filosofia e os respectivos contextos sociais, deixando-nos uma rica obra de que importa destacar: *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI* (1973); *Portugal e a Cultura Europeia-Séculos XI-XVIII* (1952); *A Política Cultural da Época de D. João III* (1969); *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal. Séculos XI-XVIII* (1960); *Braga e a Cultura Portuguesa do Renascimento* (1972) ou ainda *Camões no Portugal de Quinhentos* (1981), para além de muitas dezenas de artigos publicados em revistas universitárias, de que me parece dever destacar os belíssimos estudos sobre a filosofia política na ilustração portuguesa: “Pombalismo e Teoria Política” (1982) e “Pombalismo e Projecto Político” (1983-84).

O mesmo autor foi o principal dinamizador do ainda existente Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra, que tem desenvolvido uma ampla actividade no âmbito da filosofia e da história portuguesas.

Discípulo de Silva Dias foi o Professor Amândio Augusto Coxito, actual catedrático responsável pela disciplina de Filosofia em Portugal no Departamento de Filosofia da

² Obra Completa de Joaquim de Carvalho, 6 volumes, Lisboa, Gulbenkian, 1978-1989.

Universidade de Coimbra. Amândio Coxito especializou-se nos estudos lógicos e gnosiológicos, com especial incidência nos séculos XIV a XVIII. A este eminente professor se devem vários estudos já clássicos, como sejam a sua tese de doutoramento, *Lógica, Semântica e Conhecimento na Escolástica Peninsular Pré-Renascentista* (1981), em que contribui decisivamente para o conhecimento da lógica de Pedro Hispano bem como para o do panorama da lógica pré-renascentista na Península Ibérica. Todavia, julgo que o principal mérito de Coxito foi o de contribuir decisivamente, através de estudos sérios e rigorosos, para o conhecimento da obra de Pedro da Fonseca e dos Conimbricenses, autores cuja compreensão estava dificultada pela tese da decadência do século XVII e pela ideologia anti-jesuítica que desde o pombalismo se difundiu rapidamente pela ambiência cultural no nosso país. Cito a propósito os seus trabalhos de síntese editados na minha *História do Pensamento Filosófico Português*: “Pedro da Fonseca» (vol. II, Lisboa, ed. Caminho, 2001, pp. 455-480) e «O Curso Conimbricense” (*ibidem*, pp. 503-545).

Ultimamente, Amândio Coxito tem igualmente contribuído para o conhecimento da obra de Luís António Vernei, através da continuada publicação de estudos de síntese na *Revista Filosófica de Coimbra*. Através deste professor, a disciplina de Filosofia em Portugal na Universidade de Coimbra conta com um ensino sólido e consistente, apoiada por uma vastíssima obra de investigação.

Ainda no âmbito da reabilitação do ensino universitário da chamada “segunda escolástica” peninsular, onde para além de Pedro da Fonseca se detacam também os mestres espanhóis que ensinaram nas nossas universidades no século XVI, Francisco Suárez em Coimbra e Luis de Molina em Évora, importa nomear a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, apoiada na sua *Revista Portuguesa de Filosofia*. Desde a sua fundação, em 1945, a *Revista Portuguesa de Filosofia* manifestou a sua fidelidade à escolástica tomista bem como ao esforço de reabilitação do pensamento filosófico português, ao qual tem dedicado numerosos estudos monográficos (D. Duarte, Pedro da Fonseca, Francisco Sanches...), embora ensaie actualmente um movimento de abertura aos temas mais candentes da filosofia contemporânea. Essa abertura iniciou-se sobretudo a partir do início da década de setenta, pela acção do seu director e eminente fenomenólogo, o prof. Gustavo de Fraga, conservando embora a RPF uma acentuada preocupação pelo estudo do pensamento português, reflectindo idêntica preocupação do curso de Filosofia da UCP de Braga.

Na Faculdade de Filosofia de Braga (Universidade Católica), a disciplina de Filosofia em Portugal é actualmente ministrada pelo Prof. Doutor José Gama, cuja tese de doutoramento incidiu sobre o pensamento do nosso Rei D. Duarte, mas que orienta um ensino que procura abarcar os principais momentos da nossa Filosofia, desde a Idade Média até ao período contemporâneo.

Ainda em Braga, a disciplina de Filosofia em Portugal é ensinada na Universidade do Minho, estando o seu ensino ligado ao nome de dois professores: Norberto Ferreira da Cunha e Manuel Gama.

Deve no entanto notar-se que a Universidade do Minho não possui uma licenciatura autónoma em Filosofia, mas sim um Departamento de Filosofia e Cultura que se encarrega do ensino das disciplinas filosóficas no conjunto dos cursos da respectiva Universidade. Assim, o Professor Norberto Cunha, cuja tese de doutoramento incidiu sobre o pensamento do médico e filósofo português Abel Salazar, tem orientado a sua investigação privilegiadamente para o plano da filosofia das ciências no Portugal Contemporâneo, nomeadamente para o estudo do neo-positivismo lógico, de que Abel Salazar foi o principal divulgador em Portugal. Para além disso tem manifestado particular atenção pela ilustração portuguesa, sobretudo na área das relações entre a filosofia e a medicina no século XVIII. Já quanto ao Prof. Manuel Gama, também ele dando maior atenção à filosofia portuguesa dos séculos XIX e XX, elaborou a sua tese de doutoramento sobre o pensamento e a obra do filósofo portuense Sampaio Bruno, um

dos principais heterodoxos portugueses que, a propósito da reflexão sobre a questão do mal, corta com o criacionismo cristão e dá início a um movimento onde se increveram também Guerra Junqueiro e Teixeira de Pascoaes, afirmando a criação como queda de Deus, que assim se apresenta como onisciente mas não como onipotente.

Descendo cerca de cinquenta quilómetros no mapa geográfico, cumpre-nos referir a licenciatura em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é justo referir que o prestígio interno bem como a projecção externa dos estudos sobre a cultura filosófica portuguesa na Universidade do Porto está ligado a dois mestres que, no entanto, não leccionaram a disciplina de Filosofia em Portugal: Eduardo Abranches de Soveral e Maria Cândida Pacheco.

Eduardo Soveral, que se jubilou há cerca de quatro anos, começou por se especializar em fenomenologia e na filosofia do conhecimento (a sua tese de doutoramento intitula-se *O Método Fenomenológico*, Porto, 1965), temas que aliás nunca abandonou ao longo da sua carreira. Todavia, com os acontecimentos de Abril de 1974 que marcaram o fim do Estado Novo, Eduardo Soveral rumou para o Brasil, onde durante vários anos exerceu a sua actividade docente na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, tendo lançado um curso de pós-graduação sobre pensamento português, amplamente apoiado pelos seus colegas brasileiro, de que é justo destacar o nome do Professor António Paim, autor da *História das Ideias no Brasil*, actualmente já com cinco edições.

Regressado a Portugal e à Universidade do Porto, Eduardo Soveral aprofundou o seu interesse pelos filósofos portugueses e brasileiros, sobretudo dos séculos XIX e XX, tendo desenvolvido uma profícua reflexão sobre o pensamento luso-brasileiro, incluindo no programa das várias disciplinas por si ministradas o estudo de autores ligados à filosofia de expressão portuguesa, de que resultou a sua colectânea de estudos e ensaios intitulada *Pensamento Luso-Brasileiro. Estudos e Ensaio*, (Lisboa, 1996), onde se incluem estudos sobre António Paim, Miranda Barbosa (de que foi discípulo em Coimbra), Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Gonçalves de Magalhães, Farias Brito, Teixeira de Pascoaes e José Marinho, entre outros. A sua longa experiência na investigação e ensino de temas de filosofia em Portugal beneficiou também a minha *História do Pensamento Filosófico Português*, em cujo quinto volume escreveu os capítulos dedicados a Agostinho da Silva e a Eudoro de Sousa (vol. V, tomo I, Editorial Caminho, Lisboa, 2000).

Ainda como resultado do seu ensino na Faculdade de Letras da Universidade do Porto importa destacar o seu curso de mestrado em Filosofia da Conhecimento, que se traduziu em numerosas dissertações sobre filósofos portugueses e brasileiros (Sílvio Romero, Sampaio Bruno, Oliveira Martins, António Sérgio...) muitas das quais tive o privilégio pessoal de poder arguir, enquanto membro dos respectivos júris de apreciação.

Quanto à professora Maria Cândida Pacheco, é uma eminente especialista em filosofia medieval, com uma tese de doutoramento intitulada *S. Gregório de Nissa. Criação e Tempo* (Porto, 1974), sendo actualmente professora catedrática responsável pela área de filosofia medieval.

No entanto, Maria Cândida Pacheco orientou também os seus estudos e o seu ensino na Faculdade de Letras do Porto para a obra filosófica de Santo António de Lisboa, devendo destacar-se que fruto do seu ensino quer a nível de licenciatura quer de pós-graduação já foram apresentadas e discutidas várias dissertações de mestrado e de doutoramento sobre este pensador português do século XII. Aliás, Maria Cândida Pacheco foi a presidente da Comissão Organizadora do “Congresso Internacional Pensamento e Testemunho: 8º Centenário do Nascimento de Santo António”, realizado no Porto em 1994, e é Presidente da Comissão Organizadora do “Congresso Internacional sobre Filosofia Medieval”, a realizar na cidade do Porto em Agosto de 2002.

Nas duas universidades públicas de Lisboa, nomeadamente na Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a disciplina de Filosofia em Portugal, também com carácter bimestral, é leccionada, respectivamente, por mim próprio e pelo Doutor José Esteves Pereira.

No meu caso particular tive a felicidade de poder acompanhar, durante a primeira década da minha carreira de professor, a actividade docente do eminente professor Francisco da Gama Caeiro, certamente um dos mestres que mais contribuiu, a par de Joaquim de Carvalho e José Sebastião da Silva Dias, para a afirmação do ensino do pensamento filosófico português na universidade portuguesa.

Francisco da Gama Caeiro, que muitos dos nossos colegas espanhóis conhecem pela sua participação activa nos seminários de Filosofia Ibero-Americana da Universidade de Salamanca, foi dos primeiros que procurou estabelecer vias de diálogo entre a Universidade portuguesa e o grupo de intelectuais herdeiros do movimento da «filosofia portuguesa», de que destaco sobretudo os nomes de Afonso Botelho, António Quadros e António Braz Teixeira, contribuindo para uma situação de pacificação e de eliminação de ressentimentos mútuos de que hoje podemos colher os frutos.

Especialista em filosofia medieval, realizou a sua tese de doutoramento sobre Santo António de Lisboa (Lisboa, dois volumes, 1995), chamando a atenção, de forma decisiva, para o interesse filosófico da obra do Santo Português, em trabalho que teve continuidade na obra já citada da sua discípula da Universidade do Porto, a Doutora Maria Cândida Monteiro Pacheco, vindo a entroncar no também já referido Congresso Internacional sobre a obra de Santo António.

No entanto, Gama Caeiro não foi homem de um tema, mas de vários temas. Não foi homem de um livro, mas de vários livros. O facto de a disciplina de Filosofia em Portugal ser a única disciplina do *currículum* do curso de Filosofia onde se lecciona a obra dos autores portugueses, levou-o a diversificar o seu programa de ensino e de investigação, abarcando praticamente todo o período que desde Paulo Orósio (século V) conduz à contemporaneidade. A sua obra completa (*Dispersos*, três volumes, Lisboa, 1998-2000) acaba de ser publicada, com prefácio meu, pela Imprensa Nacional, sob impulso do seu actual presidente, o filósofo António Brás Teixeira, que tem aliás contribuído de forma decisiva para a edição das obras dos filósofos portugueses.

Tal como sucedeu com Eduardo Soveral, Gama Caeiro, após as convulsões sociais e políticas que marcaram a revolução de 5 de Abril de 1974, rumou ao Brasil, respondendo a um convite da prestigiada Universidade de São Paulo para aí leccionar.

A sua estadia em São Paulo, aliada à de Eduardo Soveral no Rio de Janeiro e ainda ao profundo conhecimento da filosofia brasileira por parte do Prof. António Brás Teixeira, criou as condições de possibilidade para o nascimento de uma comunidade de professores e pensadores luso-brasileiros que tem vindo a aprofundar a sua actividade em várias etapas.

Em primeiro lugar, aproveitando o interesse institucional e humano do curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica, bem como do seu órgão, a *Revista Portuguesa de Filosofia*, realizou-se em Braga, em 1982, o I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, onde pela primeira vez a comunidade filosófica dos dois países de língua portuguesa puderam expressar, de forma aberta, as suas perspectivas próprias sobre o panorama da filosofia universal, no qual, obviamente, Portugal e Brasil também se integram.

Em segundo lugar, a partir da comunidade de interesses então surgida, bem como da profunda amizade pessoal nascida entre professores e investigadores dos dois países, surgiu o projecto da *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, (Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1989-1992). Com o suporte editorial da Editorial Verbo e com o suporte institucional da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, aproveitando mais uma vez a tradição firmada pelo curso bracarense de Filosofia da UCP, a enciclopédia *Logos* reuniu um

vasto número de professores e investigadores de Portugal e do Brasil, oferecendo ao público de língua portuguesa uma perspectiva desenvolvida e aprofundada da filosofia universal, mas não esquecendo a cultura filosófica dos dois países, que assim puderam ombrear com os grandes vultos da filosofia centroeuropeia, embora sem preocupações magalómanas ou apologéticas, mas tão-só numa perspectiva de conhecimento. Hoje, é com agrado que verificamos que a *Logos* acaba de esgotar a primeira edição, tendo-se iniciado a segunda edição a partir de 1999, o que revela bem o interesse e o amplo acolhimento que obteve no universo da cultura de língua portuguesa, constituindo hoje um importante suporte para o ensino da disciplina de Filosofia em Portugal nas nossas universidades, o mesmo podendo dizer-se para o caso das disciplinas ligadas ao ensino da filosofia brasileira nas universidades do Brasil.

Em terceiro lugar, destaco a fundação, em 1992, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, presidido inicialmente por Francisco da Gama Caeiro, e actualmente por José Esteves Pereira. O IFLB tem realizado desde essa data, todos os anos e alternadamente em Portugal e no Brasil, congressos e encontros dedicados ao estudo dos filósofos dos dois países, tendo publicado já um conjunto de volumes de actas dedicadas a Tobias Barreto, Antero de Quental, Sampaio Bruno, Gonçalves de Magalhães, Sílvio Romero, Teófilo Braga, António Vieira, Leonardo Coimbra, Vicente Ferreira da Silva, José Maria da Cunha Seixas, Farias Brito e Miguel Reale, estando agendado o próximo Congresso para Agosto de 2002 em Aracaju.

Actualmente, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a disciplina de Filosofia em Portugal é leccionada por mim próprio. Nela procuro acompanhar e continuar o espírito do magistério do meu querido mestre e amigo Francisco da Gama Caeiro, com um programa generalista ao nível da licenciatura, e com uma perspectiva mais monográfica a nível de pós-graduação (mestrado e doutoramento).

Assim, como fruto mais imediato da minha actividade docente na disciplina de Filosofia em Portugal na FLUL, surgiu a *História do Pensamento Filosófico Português*, obra por mim dirigida e editada pela Editorial Caminho Trata-se de uma obra colectiva para a qual foi possível reunir a totalidade das universidades portuguesas onde se lecciona a Filosofia, congregando um conjunto de vontades que, sem sede de protagonismos e sem rivalidades pessoais, congregaram esforços para a elaboração de uma obra que pudesse oferecer ao público interessado um quadro sistemático, amplo e aprofundado do pensamento dos filósofos portugueses. De um conjunto de cinco volumes, falta apenas publicar o volume IV, dedicado ao pensamento filosófico português do século XIX, o qual esperamos que venha a público no início de 2003.

Passando para a segunda universidade pública de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa e a sua Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a disciplina de Filosofia em Portugal é leccionada pelo Doutor Esteves Pereira. Licenciado em Coimbra na escola do Doutor José Sebastião da Silva Dias, e, por isso, revelando sempre particular atenção à História das Ideias, numa confluência activa entre a Filosofia e os seus mais amplos contextos temporais e existenciais, Esteves Pereira elaborou uma importante tese de licenciatura sobre o pensamento do filósofo luso-brasileiro do século XIX Silvestres Pinheiro Ferreira, e posteriormente, uma tese de doutoramento sobre o pensamento jurídico-político de António Ribeiro dos Santos, pensador português da segunda metade do século XVIII. Últimamente tem direccionado o seu ensino para a vertente do pensamento social e político, embora não perdendo uma perspectiva de conjunto da problemática filosófica portuguesa.

Finalmente, devemos destacar a restauração do ensino da Filosofia, a nível de curso autónomo, na prestigiada Universidade de Évora, a qual ocorreu na década de noventa do século XX. De facto, após o encerramento desta Universidade pelo Marquês de Pombal, em 1759, o ensino universitário da Filosofia ficou arredado da cidade onde leccionou Luis de

Molina. No entanto, por impulso do Doutor Manuel Ferreira Patrício, seu actual reitor, a licenciatura em Filosofia regressou a Évora, dando também acolhimento à disciplina de Filosofia em Portugal. Acresce que o Doutor Manuel Ferreira Patrício foi também ele amigo e discípulo de Francisco da Gama Caeiro, tendo realizado uma dissertação de doutoramento sobre o pensamento pedagógico do filósofo português Leonardo Coimbra, e publicado posteriormente um interessante estudo sobre a obra de Teixeira de Pascoaes, devendo eu pessoalmente destacar a sua preciosa colaboração na citada *História do Pensamento Filosófico Português*, onde no quinto volume, dedicado ao século XX, elaborou o capítulo dedicado à filosofia da educação.

No actual panorama do ensino universitário português, julgo que ultrapassámos já o contexto reivindicativo, para entramos num estadio de convivência pacífica com as restantes facetas da história da filosofia universal. A existência de um amplo conjunto de pensadores portugueses ou ligados à comunidade cultural por nós constituída ao longo dos últimos oito séculos é hoje pacificamente aceite como matéria de ensino no plano universitário, afirmando-se a disciplina de Filosofia em Portugal como um espaço privilegiado do curriculum de Filosofia para a discussão e debate sobre temas como o da relação entre a universalidade da filosofia e a sua radicação cultural, o da filosofia com a língua nacional, da filosofia com a poesia e a literatura em contexto aberto de interrogação permanente.